

A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA E SEU CARÁTER FILOSÓFICO: GRÉCIA E ROMA.

META

Expor a concepção de História presente nos historiadores gregos e romanos antigos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
identificar os elementos que constituem a concepção de História nos historiadores gregos e romanos antigos, e explicitar o significado do humanismo e do substancialismo subjacentes a estas concepções.

PRÉ-REQUISITO

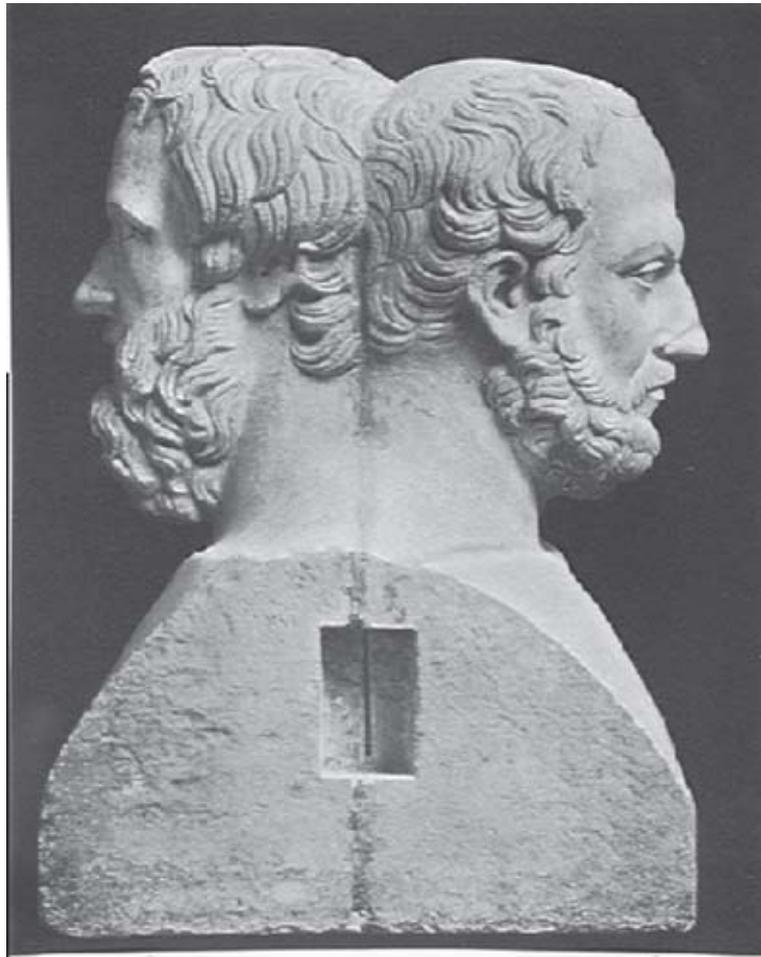
Leitura da lição 01 no livro de *Introdução à Filosofia (CESAD)*.



Escola de Atenas – imagem do século XVI representa a Grécia antiga, por meio de seus filósofos, como Platão e Aristóteles, no centro (Fonte: <http://3.bp.blogspot.com>).

INTRODUÇÃO

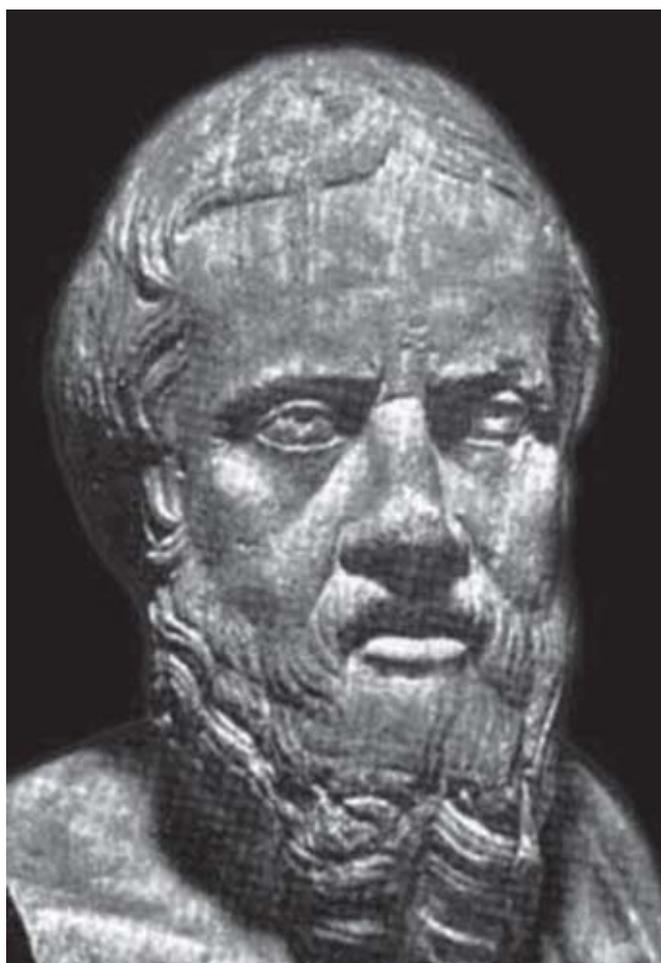
O pensamento dos historiadores gregos e romanos representa a origem da concepção ocidental de história, seu confronto com o pensamento filosófico e a absorção dos conceitos de humanismo e substância são as características mais destacadas desse pensamento que marcará toda a história da filosofia da história. Com o foco nestas questões estruturaremos a lição que segue.



Herodoto e Tucídides: ambos foram os historiadores e estabeleceram bases para o conhecimento histórico ainda hoje considerado (Fonte: <http://www.fflch.usp.br>).

Antes de darmos qualquer passo na identificação e caracterização das filosofias da história no pensamento ocidental é preciso que fique registrado que a concepção da história como âmbito das coisas feitas pelos homens de modo distinto e desconectado da ação dos deuses tem data e local para o seu surgimento. Trata-se do século V a.C. na Grécia e a este fato estão ligados os nomes de Heródoto e Tucídides. Ambos foram historiadores e estabeleceram bases para o conhecimento histórico ainda hoje consideradas. A importância desta ocorrência é que para o filosofar sobre a história é essencial que esta seja identificada desta forma, mesmo que em um segundo momento a história não tenha condições de por si mesma bloquear considerações de cunho teológico.

O esforço do procedimento filosófico, de considerar desde o começo a história como ações realizadas pelos homens é essencial nem que seja para mostrar de forma não-preconceituosa que a pergunta pelo sentido da história exige uma resposta além da razão, tratando-se, portanto, de um excesso do pensamento ou da necessidade da teologia.



Heródoto (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

Caminho paralelo ao mito e às lendas (?) - As obras de Heródoto (*História*) e de Tucídides (*Guerra do Peloponeso*) diferenciam-se das lendas teocráticas de Homero e do mito de Hesíodo. Isto não significa, todavia, uma completa ausência de elementos lendários e míticos nas obras destes dois historiadores. A presença de elementos não-históricos não diminui sua importância e seu lugar de destaque; o que é realmente notável é que estas obras contenham ao lado de elementos não-históricos os elementos a que chamamos história. Como se mostrou patente a *Investigação* (sentido literal da palavra *história* em grego) de Heródoto representou uma verdadeira revolução literária que marcou o espírito humano: a conversão da redação de lendas em pesquisa histórica.

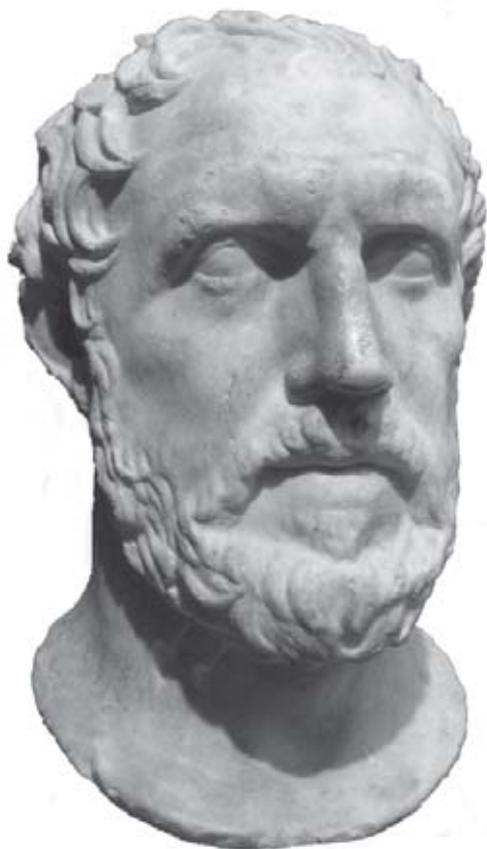
A busca pelo conhecimento das “coisas humanas” em separado das “coisas divinas” e a criação de um método de investigação trarão consigo o germe da reflexão filosófica sobre a história, a saber: se não são diretamente os deuses que impulsionam os homens a esta ou àquela ação, resta descobrir além do que tem sido feito pelos homens por que razão o tem feito. Mesmo que no mito já haja o interesse pelo esclarecimento do sentido da ação do ser humano, encontrar este sentido nas ações propriamente huma-

nas é uma inovação tipicamente grega e que se coaduna ao espírito da filosofia nascente, mesmo que de forma bastante problemática.

As pesquisas de Heródoto e Tucídides encontrarão entre os romanos historiadores com o mesmo afã e disposição gerando-se assim uma tradição historiográfica, a primeira, que incluirá escritores como Políbio, Tito Lívio e Tácito. Da análise das obras destes escritores podemos extrair em largas pinceladas as características da historiografia grega e romana:

Da historiografia dos gregos, apesar dos limites de sua abordagem dentro de estreitas faixas temporais e da desqualificação da história de outros povos (os bárbaros), bem como da dificuldade de integrar outras histórias numa história geral para eles inconcebível, podemos destacar algumas características:

1. Caráter investigativo ou científico - Ao contrário dos autores de lendas e dos logógrafos [anotadores de narrativa sem preocupação com a narração da verdade] que começam por saber e contar alguma coisa, os historiadores começam fazendo perguntas e parta em busca da descoberta da verdade.



Tucídides (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

2. Humanismo - As perguntas feitas pelos historiadores investigam os feitos humanos, em determinado momento do passado, ao invés de apresentar-se mística ou teocrática e inserindo-se num tempo (“início”) indeterminado.

3. Reveladora ou Auto-reveladora - A história de Heródoto e Tucídides pretende dizer ao homem o que ele é a partir de suas próprias obras, contribuindo para que o homem conheça o homem, conhecendo os acontecimentos e as razões que o levaram a tais realizações.

4. Racional - A história destes primeiros historiadores é preocupada com a fundamentação, ou seja, busca dar provas e afasta-se de assuntos de difícil determinação. Como afirmava Tucídides: “julgo à luz de provas”. Para tanto o método mais usado e confiável era a delimitação de épocas próximas e o recurso às “testemunhas oculares”, não podendo, por isso mesmo, o período em estudo exceder o tempo de uma geração ou de uma existência.

Ainda sobre a concepção historiográfica grega é preciso acrescentar que o período helenístico da existência da nação grega, pelos seus próprios desdobramentos (expansão imperial) defrontarão os gregos com outras realidade e ampliarão seu espírito e método histórico, o que possibilitou maior abrangência temporal e espacial para o conhecimento do passado e em decorrência disto a busca de novas fontes que extrapolassem o testemunho ocular (ex: literatura).

Entre os romanos destacaram-se Políbio, Tito Lívio e Tácito. Sem indagarem o porquê estes historiadores assimilaram o espírito ou costume vigente em Roma, expresso numa certa consciência histórica. Os principais elementos desta “consciência” eram os seguintes: a) história significa *continuidade* e por isso justificava-se uma visão positiva de recepção do passado; b) isto produzia um tratamento do *passado como “herança”* a ser conhecida e de instituições conservadas numa busca de conformação da vida ao costume ancestral; c) dessa forma, as *tradições e os monumentos eram alvos de um esforço de preservação* e devoção; por fim, d) seguindo um espírito helenístico os romanos faziam da sua história *uma história ecumênica* (universal) da qual participavam a nação e os demais povos, ainda que o herói e protagonista fosse o povo romano, a quem sempre se atribuía o papel de direção e reunificação do mundo.

Das ênfases específicas dos trabalhos de Políbio, Tito Lívio e Tácito podemos extrair certas medidas metodológicas que expressam uma curiosidade filosófica e lançam luzes para perguntas mais refinadas.

Dentre estes procedimentos em Políbio destacam-se: o cuidado de *identificar e não extrapolar os limites estritos de suas fontes “dignas de confiança”*, revelando a vulnerabilidade da matéria histórica às projeções nela impressas; este mesmo historiador, mesmo às voltas com o “destino” e as “forças interiores” e com a fragilidade do conhecimento daquilo que é

transitório, atribui um *valor universal ao conhecimento da história* como sendo um campo de instrução para a vida política. Ainda que concordasse com a idéia epicurista e estóica [escolas filosóficas gregas da época do helenismo] vigente segundo a qual a autoconsciência não é uma força conquistadora do mundo, mas pode servir de refúgio diante de suas hostilidades e catástrofes. Como se pode observar, neste pesquisador manifesta-se um interesse pela peculiar condição do conhecimento histórico e pela utilidade deste saber, temas estes aos quais a reflexão filosófica posterior sempre se reportará.

Em Tito Lívio destaca-se o intuito de construir uma história das origens de Roma, mesmo que ao afastar-se muito do ponto em que está no tempo só dispusesse de lendas; assim mesmo avança e na dificuldade *diante dos vários relatos lendários opta por escolher o que julgue mais digno de confiança*, sem, todavia, permitir-se fazer explicitamente qualquer interpretação destas tradições. Outro elemento do método em Tito Lívio é sua clara decisão pela premissa de *construir uma história de valor instrucional e moral, ainda que humanista*, assumindo claramente trabalhar *de forma crítica dentro destes limites*, portanto, *sem visar agradar as presunções dos leitores*.

De Tácito destacamos seu esforço em construir uma metodologia histórica mais apropriada à abordagem das ações propriamente humanas. Seu método consistiu em apresentar as ações de uma determinada figura histórica como decorrentes de seu caráter. Causa interesse neste expediente sua intenção de *aprofundar a identificação de causas humanas "naturais"* na origem dos fatos, na forma de um *psicologismo* e de um didatismo. Se há lacunas e falta de crítica para a relação caráter-ambiente, descortina-se, entretanto, *o lugar do indivíduo e seu poder e espaço "naturais" de decisão*.

Se é destacável a atitude de Heródoto e dos que tiveram o mesmo impulso criativo e originaram o método da pesquisa histórica, é preciso, porém, que se estabeleça quão hostil era o ambiente grego antigo à instituição e ao status de um conhecimento da história humana.



Paternon grego (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

O problema do conhecimento histórico para o pensamento grego decorre do predomínio e do status que gozava o pensamento de Platão. Sublinharemos, portanto, de modo direto, quais os aspectos que se chocam com o estatuto do conhecimento histórico.

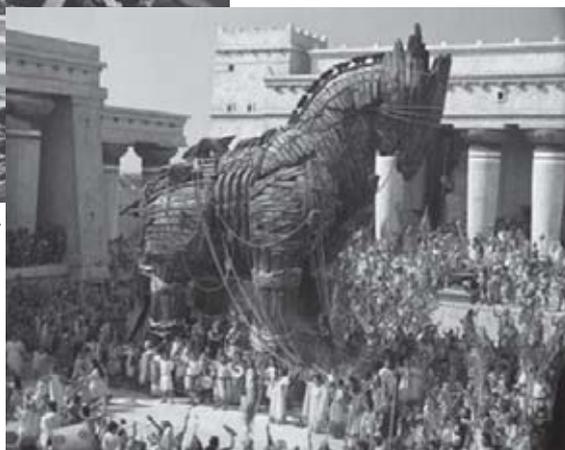
Em primeiro lugar, esta concepção platônica cosmocêntrico-objetiva da realidade, onde tudo o que existe possui uma causa ou uma “forma” (sentido) eterno e imutável, sendo que aquilo que se dá à percepção humana (aquilo que aparece) é apenas uma cópia que não tem valor, nem sentido em si, e por isso mesmo sofre mutações (aparece e desaparece), estando assim sua verdade numa realidade para a qual aponta e da qual é apenas uma versão ou cópia desfigurada. Prevalece nesta visão o status superior de uma realidade que se mostra como objeto absoluto e distante (ou imediatamente indisponível), a qual não se altera e é o verdadeiro e único objeto do conhecimento que se queira verdadeiro (“epistemológico”: em grego *episteme* = rigoroso/verdadeiro). Em segundo lugar, apresenta-se uma teoria do conhecimento apoiado neste pressuposto ontológico, ou seja: uma vez que a verdadeira natureza das coisas é esta, qualquer conhecimento que se volte para aquilo que aparece (transitório) é um falso ou enganado conhecimento. Neste caso, a história é um sub-conhecimento que se interessa pelas coisas humanas em franca transformação, não passando, portanto, de opinião (“doxa” em grego), uma vez que não há conhecimento seguro daquilo que não é eterno e imutável, pois concluído o conhecimento sobre algo este já se alterou. Por fim, decorre destas afirmações que o conhecimento da história para pouco ou para nada aproveita, pois se a ordem das coisas é pré-determinada e imutável não é o conhecimento (por natureza impreciso) do mutável (história) que proporcionará maior sabedoria ou que conseguirá impor transformações que se eternizem, eis a inutilidade do esforço do historiador. Neste caso tudo o que tem de acontecer acontecerá, seguindo o curso de sua condição (ou natureza), ou seja, realizando cada coisa sua natureza cabe-lhe refazer indefinidamente o círculo repetitivo das coisas que ocorrem debaixo do sol.

Corrobora com estas conclusões Aristóteles, o qual pensou ser a história um conhecimento que não é conhecimento do universal (única forma válida de ciência), e trata-se apenas de colecionar fatos empíricos, sendo a própria poesia melhor do que este, pois extrai dos fatos algum juízo universal.

Esta forma de determinismo ontológico sustenta a tendência anti-histórica do pensamento grego e de alguma forma se faz presente na concepção de história dos próprios historiadores gregos.



Romanos (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).



Cavalo de Tróia (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).

O *humanismo* e o *substancialismo* da concepção greco-romana de história são os conceitos que julgamos merecerem espaço em nossa reflexão que tenta esclarecer de que modo os gregos e os romanos, ao seu modo, iniciaram um pensar filosófico sobre a história, com certa e adequada liberdade e dentro de certos limites.

O *humanismo* da historiografia grega e romana, como já explicitamos, diz respeito caráter destas narrativas se voltarem para as ações e realizações humanas, interessando-se por objetivos, êxitos, falhas e razões estritamente humanas, sempre que possível. A diminuição do espaço de ação dos deuses em oposição às narrativas míticas e a busca por uma causalidade centralizada na idéia da vontade humana como livre escolha é a sua principal decorrência. Isto implica que esta historiografia assume que o que acontece na história é resultado direto da vontade humana.

Considerando que o homem da narrativa destes historiadores é fundamentalmente definido pela sua racionalidade e que é a esta que se atribui a direção das ações, a este agente, portanto, cabe a completa responsabilidade pela sua ação e seus resultados. Ora, se por um lado temos aí o *estabelecimento de um fundamento sólido das concepções de história que aparecerão no ocidente*, ou seja, o lugar da *liberdade e a potência humana em fazer a história e fazer-se por ela*; temos, por outro lado, um *problema* de ponderação ou

minimização dos elementos não-humanos interferentes na ação humana e em seus resultados. Nas concepções posteriores serão crescentes as considerações sobre percentuais caóticos ou não-rationais nas ações humanas, bem como a devida consideração para fatores independentes da vontade humana (invisíveis) imiscuídos nos processos.

Quanto ao *substancialismo*, elemento herdado ou transplantado da filosofia grega para a história, e que se constitui na idéia de que o que é verdadeiro e realmente cognoscível em tudo o que existe é sua substância imutável e eterna, implica que o conhecimento histórico esvazie-se de qualquer status mais digno e o reduz à sub-condição de “conhecimento” das aparências mutáveis (transitórias). A aceitação desta idéia implica para a história em não servir de fato para explicar a origem dos sujeitos ou dos processos, limitando-se a descrever como agem ou como decorrem, já que explicar a origem real (última) de sujeitos e processos é encontrar a substância e a história não é capaz deste feito. Por isso, por exemplo, Roma nunca é questionada como tal, enquanto identidade, mas a ela é atribuída uma série de características e de feitos.

Apesar do resultado imediato desta condição para a história ser sua posição modesta no contexto dos saberes, ficou estabelecida uma distinção que será posteriormente radicalizada no interior da ciência e da própria filosofia, a saber: pode-se rastrear desde aí um conhecimento da coisa finita, independente do conhecimento sobre o infinito e o absoluto. Portanto, o conhecimento histórico ao invés de gerar amarras que prendem a si o futuro, expõe-se como conhecimento aberto ou como conhecimento da abertura, não-substancial e indeterminado, permitindo-lhe também certa flexibilidade para considerar o próprio conhecimento do passado como algo sujeito a alterações. Tal flexibilidade não representa a ausência de critérios, mas é ela mesma um critério de prudência e anti-dogmatismo para o conhecimento histórico e bastante discutida posteriormente.

CONCLUSÃO

O pensamento dos historiadores gregos e romanos estabelece o interesse pelo conhecimento do efêmero (história) como um saber entre outros, seu cuidado com a objetividade desse conhecimento, o humanismo e o substancialismo são seus elementos distintivos. Este interesse se chocará com o conhecimento filosófico voltado para o conhecimento do eterno, e marcará a história do pensamento ocidental sobre o sentido da história.



Circe, deusa da História (Fonte: <http://www.imagensgoogle.com>).



RESUMO

As características da historiografia grega e romana são caráter investigativo, humanismo, senso revelador e racionalismo. O humanismo, associado ao substancialismo, marca esta concepção da história. O problema do conhecimento da história para os gregos refere-se ao confronto do conhecimento do efêmero (histórico) com o conhecimento do eterno (filosófico).



ATIVIDADES

1. Apresente o confronto entre o pensamento dos historiadores e dos filósofos gregos sobre o conhecimento histórico.
2. Explícite o significado do humanismo e do substancialismo na concepção de história dos historiadores gregos.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Na questão nº 1 é importante caracterizar bem o sentido filosófico do conhecimento para os filósofos gregos e o tipo de saber que os historiadores tinham consciência de poderem oferecer. A questão nº 2 deve ser respondida com atenção ao esforço e aos limites do humanismo da historiografia antiga, assim como para os efeitos contraditórios do substancialismo sobre a concepção de história dos historiadores gregos antigos.

PRÓXIMA AULA

Na próxima lição estudaremos o pensamento de judeus e cristãos sobre a história.



REFERÊNCIAS

- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de História**. 6 ed. Tradução: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- HERÓDOTO. **História**. Brasília: EdUNB, 1990.
- MONDOLFO, R. **O pensamento antigo**. Vols. I e II. São Paulo: Editora Mestre Jô, 1978.
- POLÍBIOS. **História**. Brasília: EdUNB, 1997.